



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 103ª reunião, realizada em 24 de setembro de 2025

1 Em 24 de setembro de 2025, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Agrossilvipastoris (CAP), por meio
2 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
3 (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente Vanessa Coelho
4 Naves, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Vitor Takahashi Rosa, da Secretaria de Estado
5 de Governo (Segov); Wallace Vinicius Peixoto Batista, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
6 (Sede); Raquel Carleial Guzella, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Márcio
7 Stoduto de Mello, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater);
8 Roberto Maychel Soares da Silveira, do Conselho Regional de Biologia (CRBio 4ª Região); Alexandre de Castro
9 Silva, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Representantes da sociedade civil: Henrique
10 Damásio Soares, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Igor Lopes Braga, da
11 Associação Mineira da Indústria Florestal (Amif); Maria Elizabete Patrícia Pimenta de Carvalho, do Instituto
12 Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento; Alexandre de Matos Martins, do Serviço Nacional de
13 Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais (Senar/MG); Emílio Elias Mouchrek Filho, da
14 Associação Brasileira de Engenheiros Cíveis (Abenc). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum
15 regimental, a presidente suplente Vanessa Coelho Naves declarou aberta a 103ª reunião da Câmara de Atividades
16 Agrossilvipastoris. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3)**
17 **COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Não houve manifestações. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.**
18 Emanuely Alves Aguilar/SEMAD: “Eu estou colocando no chat, disponibilizando novamente, o acesso à consulta
19 pública de aprimoramento dos Decretos do COPAM e do CERH. A gente vem fazendo um trabalho de divulgação
20 nas outras reuniões. Na reunião passada, nós deixamos um vídeo da Dra. Marília, secretária de Estado. A consulta
21 está visando ao aprimoramento desses dois decretos, a eficiência deles. O link está aqui novamente, caso vocês
22 tenham dúvidas, podem entrar em contato com a secretaria executiva que auxiliamos vocês. A consulta fica
23 disponível até o dia 30 de novembro. Então, caso vocês queiram, convidamos todos a participar.” **5) EXAME DA**
24 **ATA DA 102ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 102ª reunião da Câmara de Atividades
25 Agrossilvipastoris, realizada em 27 de agosto de 2025. Votos favoráveis: Sede, Segov, Seapa, Emater, CRBio,
26 Faemg, Amif, Instituto Espinhaço e Abenc. Abstenção: Mapa. Ausências: IHMBio e Senar. Justificativa de
27 abstenção. O conselheiro Alexandre de Castro Silva, representante do Mapa, justificou abstenção de voto por não
28 ter participado da reunião anterior. **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**
29 **CORRETIVA - “AMPLIAÇÃO”.** **6.1) Tamio Sekita. Lote nº 29 da Área do PADAP, Parte do Lote 29 do PADAP,**
30 **Fazenda Bateia, cognominada Fazenda São João e Ferreiros, Fazenda São João e Ferreiros, doravante**
31 **cognominada Fazenda Rubi. Gleba B, Fazenda Morro Branco. Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura**
32 **anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); Culturas anuais, semiperenes e perenes e**
33 **cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; Silvicultura; Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare,**
34 **ovinos e caprinos, em regime extensivo; Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura;**
35 **Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento,**
36 **classificação e/ou tratamento de sementes. Rio Paranaíba/MG. PA/SLA/Nº 7570/2025. Classe 4 (Conforme Lei**
37 **nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA TM.** Licença concedida por unanimidade nos termos
38 do Parecer Único, com inclusão de nova condicionante com a seguinte redação: “Comprovar a execução dos
39 planos e programas descritos no item 2.6 deste parecer. Prazo: anualmente, durante a vigência da licença”. Votos
40 favoráveis: Sede, Segov, Seapa, Emater, CRBio, Mapa, Faemg, Amif, Instituto Espinhaço, Senar e Abenc. Ausência:
41 IHMBio. Manifestações que antecederam a votação do processo neste item de pauta. Renata Fabiane Alves
42 Dutra/Servidora do Sisema: “Bom dia, presidente Vanessa. Bom dia, senhores conselheiros. Quem vos fala é
43 Renata Dutra. Por incrível que pareça, quem se inscreve neste momento enquanto sociedade e fala é uma cidadã
44 que compõe o corpo de servidores efetivos do Sisema. Estou há 11 anos atuando na análise e na elaboração

técnica de pareceres de licenciamento ambiental. Então, meu nome, como de muitos outros colegas, já esteve nestas Câmaras, na CAP, em especial, assinando pareceres inúmeras vezes e assim seguirá. Poderia eu, como muitos colegas, ter escolhido não mais servir ao Estado, porém eu ainda sigo aqui acreditando e lutando pela instituição Sisema. Nestes 11 anos de atuação, é a primeira vez em que eu me inscrevo no COPAM enquanto sociedade. Então é importante ressaltar, em um primeiro momento, que eu estou aqui hoje exercendo um papel de cidadania. Como é de conhecimento de muitos de vocês, senão de todos, a categoria dos servidores do meio ambiente do Estado de Minas Gerais encontra-se em movimento de greve e 70% do corpo efetivo da Fundação Estadual do Meio Ambiente, que é quem hoje analisa e traz esses pareceres para a pauta das Câmaras Técnicas, encontra-se em greve. Esse número não é maior porque garantimos um exercício de garantia mínima de 30% do nosso efetivo em atividades. Então é importante ressaltar que são esses profissionais que elaboram os pareceres que são deliberados nesta Câmara. Reconhecemos a relevância do COPAM, de todas as Câmaras que julgam esses processos. E a minha fala vai ter dois momentos. Então é importante que o Regimento traz que a nossa fala tenha um vínculo com aquilo que está sendo deliberado e discutido. Então no primeiro momento eu já reforço essa ideia do vínculo entre a atividade que desenvolvemos e a existência dessas Câmaras Técnicas e do COPAM. Se não tem o parecer que analisamos e trazemos para a Câmara Técnica, a Câmara Técnica não tem por que existir nem o COPAM. Então aí já está o meu primeiro vínculo sobre a importância das nossas atividades. E hoje, 24 de setembro, está completando 24 dias corridos do nosso movimento grevista, a maior greve geral da história do Sisema. Enquanto categoria, nós temos feito essa interferência em todas as Câmaras, é uma interferência civilizatória. Para quem está acompanhando, são 21 pontos de pauta que foram levados para a gestão pela categoria, sendo que o cerne de todas essas pautas é o fortalecimento da carreira e, consequentemente, o fortalecimento da instituição Sisema. Então de que forma nós temos como conversar com as Câmaras e com o COPAM neste momento em que estamos? Então neste momento clamamos pela sensibilidade tanto da Presidência desta Câmara quanto de todos os conselheiros que compõem no sentido muito mais do que uma moção de apoio, uma interferência, uma ação efetiva sobre a nossa realidade. E quais são as ferramentas e instrumentos que teríamos para utilizar? Tem tanto a retirada, a possibilidade de retirada de pauta desses pareceres que estão sendo julgados nessas Câmaras ou então o reiterado pedido de vista por parte dos conselheiros como caminhos para poder validar a grande importância e participação dos servidores, quem, repito, analisam, fazem um trabalho excepcional e trazem os pareceres para esta Câmara. Nós consideramos que não podemos permitir que o COPAM e as Câmaras sigam atuando como se nada estivesse acontecendo. São os servidores públicos que estão na linha de frente. Então entendemos que fazer adesão ao nosso pleito é uma atitude de respeito, de validação pelas condições em que nos encontramos. Esse movimento grevista já vem sendo construído desde o ano passado. Até o presente momento, não recebemos proposta na mesa do governo referente aos nossos pontos de pauta. Então nós contamos com a colaboração de cada instituição que compõe este Conselho, que compõe esta Câmara, para dar voz ao nosso movimento, levar à gestão e administração a importância de estar sentando com a gente, efetivamente apresentando propostas plausíveis e dignas. Encerro então a minha primeira intervenção e meu clamor e o pedido enquanto categoria. No segundo momento, entrando na pauta mesmo, de uma análise técnica do processo, eu coloco que aqui nós não estamos colocando em xeque a análise tão bem realizada e executada pelos nossos colegas, no caso, da URA Triângulo Mineiro. Muito pelo contrário, essas intervenções técnicas são no sentido de ressaltar e relevar a importância do trabalho que nós executamos. Eu vou trazer aqui alguns pontos para que possamos discutir e, enfim, aprimorar para a melhor deliberação deste processo... Então os dois pontos que eu trago aqui são pontos tranquilos de serem discutidos. Um é no conceito de mudanças climáticas, porque é uma pauta muito recorrente. Estamos no ano de COP no Brasil e tudo mais. Eu coloco e trago para o empreendedor, em primeira mão, para que possa expor. São por duas vertentes. A primeira vertente é como que o empreendimento considera todos os desdobramentos das mudanças climáticas. Eu digo no sentido de secas extremas ou chuvas extremas, coisas relacionadas ao clima que sabemos que têm interferência direta na questão do desenvolvimento, do desempenho das atividades agrossilvipastoris. Como que o empreendimento enxerga esses impactos das mudanças climáticas no empreendimento. E por outro lado também como que o empreendimento enxerga que o desenvolvimento das suas atividades pode contribuir para potencializar essa questão vinculada às mudanças climáticas também. Sabemos que no desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris tem alteração do uso do solo e tudo mais. Então em primeira mão, eu trago um pouco para a discussão sobre essa interface entre atividades agrossilvipastoris e mudanças climáticas. E a segunda intervenção, estamos trabalhando aqui com processo que está instruído com Licença de Operação Corretiva, para

97 que pudéssemos discutir melhor esse contexto histórico de ser operação corretiva. O empreendimento já teve,
 98 no momento passado, uma licença e por algum motivo perdeu, e agora estamos na operação corretiva? Ou ele
 99 nunca esteve, é a primeira oportunidade que ele está tendo de ter uma licença? E porventura, no seu contexto
 100 histórico também, tem alguma lavratura de auto de infração identificada, considerando que estamos tratando de
 101 operação corretiva? E aí automaticamente é pertinente que a gente traga à tona essa discussão sobre lavraturas
 102 de auto de infração? Enfim, são essas duas pequenas intervenções no âmbito de análise do processo. E repito,
 103 digo, estamos aqui para contribuir tecnicamente e validar a importância do exercício dos nossos trabalhos.
 104 Obrigada.” Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: “Conselheiros, a minha fala vai um pouco do que
 105 a Renata falou, eu preciso fazer uma contextualização do momento que vivemos. Os servidores do Sisema estão
 106 há 23 dias de greve, e sem os servidores... Efetivos ou contratados... São essenciais para o COPAM, para o sistema
 107 rodar. Então a relação com o tema vem porque são os analistas que operam a maior parte da política ambiental.
 108 Eu vou falar especificamente do item. Eu gostaria só de ressaltar a importância dos analistas na elaboração dos
 109 pareceres. A fala que eu vou fazer é mais no intuito de fazer uma construção positiva em torno do parecer
 110 pautado. E aí percebemos que o empreendimento encontra-se em área de conflito por uso de recursos hídricos.
 111 Eu gostaria de saber do empreendedor e gostaria que fosse voltado para o empreendedor quais são os gatilhos
 112 que o empreendimento tem quando precisa reduzir o consumo de água diante de um cenário de escassez. Nós
 113 sabemos que em áreas de conflito esse gatilho precisa existir e isso podia ser uma discussão que o empreendedor
 114 precisa trazer para nós. Se for possível também mostrar para a gente quais são os pontos de monitoramento de
 115 vazão. E o empreendimento também fala que são oito declarações de uso insignificante. Eu gostaria de saber se
 116 a soma desses usos insignificantes está compatível com a disponibilidade de água da bacia.” Aroldo
 117 Felipe/Servidor do Sisema: “Bom dia. Meu nome é Aroldo Felipe, eu também participo do Conselho Regional do
 118 Sindsema e sou servidor efetivo da SEMAD. Eu queria fazer algumas perguntas sobre o parecer. Eu até vi que
 119 quem elaborou foram o Anderson Mendonça Sena e o Carlos Frederico Guimarães... Eu queria perguntar se a
 120 vistoria foi feita remotamente, porque não tem foto. Não tem foto do plantio, não tem foto da APP, não tem foto
 121 da reserva legal. Então eu queria saber se foi feito remotamente e se nesse tipo de caso tem que ter alguma
 122 justificativa para ter sido feito remotamente. Eu sei que Uberlândia é bem distante dessa cidade aqui, que é Rio
 123 Paranaíba. Se foi feito remotamente, eu não sei se tem que ter justificativa, se pode fazer sempre. Ou se não foi
 124 feito. Porque também uma outra justificativa que poderia ser é a questão da diária, porque a diária que ganhamos
 125 hoje no Sisema não dá para pagar hotel, não dá para pagar alimentação. Então pode ser que os servidores tenham
 126 feito remotamente porque, quando você vai fazer uma vistoria numa cidade distante, você tem que pagar a
 127 alimentação, complementar a alimentação do seu bolso, complementar o hotel do bolso. E no Triângulo, eu sei,
 128 eu já trabalhei no Triângulo, os hotéis são bem caros. Sobre a reserva legal, eu queria saber também, porque fala
 129 que a reserva legal está desprovida de vegetação nativa em alguns pontos, mas só que não fala se tem outro tipo
 130 de ocupação, se ela tem plantio de hortaliça ou se é pasto, o que que está acontecendo com essa reserva legal.
 131 Eu acho que é importante falar isso. Porque falou que uma parte vai ficar em outra propriedade, uma parte já tem
 132 lá; e uma parte está desprovida. Então acho que podia o Anderson ou o Carlos Frederico explicar para a gente
 133 como estava a ocupação e se vai ter multa para essa reserva legal, se ela estava descumprindo o termo de
 134 averbação. Porque eu entendi que a reserva é averbada. Então se está descumprindo o termo de averbação e se
 135 está impedindo regeneração natural, se vai ter algum tipo de autuação. E, se não multou, quando vai multar, e se
 136 teve suspensão. Se o auto de infração também teve suspensão. Eu queria saber também dos técnicos se teve
 137 algum tipo de intercorrência durante a vistoria, porque o carro que usamos no Sisema não tem seguro. Então se
 138 teve algum problema com carro estragado, se vocês tiveram que pagar do seu bolso o conserto do carro, se teve
 139 algum sinistro. E se vocês tiveram algum tipo de problema ao chegar ao empreendimento do Sr. Tamio Sekita.
 140 Porque no Sisema não temos carteira de identificação. Não temos crachá, não temos carteira de identificação.
 141 Então já teve relatos de colegas que tiveram problemas. Então eu queria saber se vocês tiveram algum problema
 142 nesse sentido. E também registrar que os servidores do Sistema Estadual do Meio Ambiente estão em greve e
 143 perguntar para o Anderson, para o Carlos Frederico, como é que eles estão fazendo, porque o salário está com
 144 85% de defasagem e já tem muitos anos que não temos recomposição salarial. E como é que eles estão fazendo
 145 quando precisam tirar férias. Porque quando tira férias não tem gratificação. E se eles pensam em quando eles
 146 vão se aposentar, que aí não tem gratificação também, que o salário vai estar bem baixo.” Presidente Vanessa
 147 Coelho Naves: “Conselheiro Henrique, considerando que as perguntas dos inscritos foram direcionadas ao
 148 empreendedor e à equipe técnica da URA Triângulo, eu vou passar a palavra para a URA antes de retomar com os

149 conselheiros. Eu gostaria de esclarecer que, em relação às perguntas que foram feitas ao empreendedor, a
 150 consultoria e o empreendedor não se inscreveram para manifestação na Câmara Técnica.” Conselheiro Henrique
 151 Damásio Soares/Faemg: “Até em virtude da sua última fala, ‘sem ausência do empreendedor’, eu gostaria de
 152 fazer. São questões técnicas. Eu gostaria, de forma geral, não sobre o processo, mas acho que é importante o
 153 esclarecimento, que eu não sei se depois quem fez a manifestação vai permanecer na sala. Se você puder fazer
 154 essa gentileza de eu poder fazer um esclarecimento, vou ser bem objetivo... Primeiramente, achei muito bacana
 155 a participação dos representantes do Sindsema e espero que vocês participem. Achamos que é legítima mesmo
 156 essa participação. E as perguntas, os questionamentos. Acho que o diálogo que vocês têm promovido é
 157 fundamental... Sobre as questões de mudança climática, é importante deixar o esclarecimento e que fique aqui
 158 registrado em ata que o Brasil é responsável por 2% das contribuições das emissões do gás de efeito estufa em
 159 nível global. Então só para deixar isso registrado. Nosso país não foi o responsável pelo aquecimento global, mas
 160 certamente nós somos responsáveis pela mitigação e atenuação dessa situação em nível global. Nós aqui da
 161 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais estamos indo à COP e vamos demonstrar, junto
 162 com a Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, casos de sucesso. No Triângulo Mineiro,
 163 nós tivemos o caso de sucesso que é o FIP Paisagens, onde conseguimos demonstrar que paisagens bem
 164 manejadas, como até mesmo pastagens, conseguem capturar carbono, fazer o sequestro de carbono. Então
 165 existem boas práticas que não necessariamente se remetem em reflorestamento. Então manejo de uso do solo,
 166 essas alterações do solo para sequestro de carbono são também propícias ao sequestro de carbono, e não
 167 necessariamente tem que ser reflorestado. Então nós temos inúmeros casos, vamos levar para a COP. Essa é uma
 168 preocupação aqui da área de sustentabilidade da Faemg. E junto com os produtores rurais nós temos feito um
 169 excelente trabalho e vamos levar esse estudo de caso na COP. Não sei se o pessoal da SEMAD está indo, como é
 170 que está essa questão, mas certamente esses estudos depois vão ser disponibilizados, e vamos fazer questão de
 171 compartilhar com vocês. Só para ficar claro. Em relação ao movimento de greve, é um direito legítimo. Não sei se
 172 todos aqui do COPAM, desta Câmara, tiveram conhecimento: no último dia 16 de setembro teve uma audiência
 173 pública para tratar de um assunto, mas com a participação de alguns servidores do Sindsema, e muitos
 174 parlamentares, os deputados na Assembleia Legislativas, tiveram a sensibilidade à causa e ficaram de dar alguns
 175 encaminhamentos. Então eu acho que a construção do diálogo, essa ponte é fundamental mesmo para a
 176 valorização do trabalho de vocês. Entendemos mesmo que é importante a valorização do trabalho de vocês. E por
 177 outro lado nós esperamos que também vocês entendam que, quando o empreendedor instrui o processo e busca
 178 a regularização, ele também espera a licença. E aqui especificamente na Câmara Agrossilvipastoril, onde o
 179 produtor não tem como desligar uma máquina, não tem como paralisar suas atividades, devido à dinâmica da
 180 produção de alimentos, que tanto prezamos no nosso país com a questão da segurança alimentar, vocês também
 181 entendam a necessidade de deliberarmos as licenças, com toda a análise técnica que é realizada por vocês, como
 182 vocês mesmos falaram. Então as minhas colocações são essas, que nós estamos muito preocupados, sim, com as
 183 questões de sustentabilidade na produção agrícola, seja de grãos, de proteína animal, das nossas commodities. E
 184 temos feito um excelente trabalho aqui e vamos levar as nossas boas práticas, os nossos cases de sucesso para a
 185 COP. A COP vai ser no Brasil, em Belém, então tem grande expectativa para sermos realmente o benchmark
 186 mundial nessas questões, principalmente, de adaptação e resiliência às mudanças climáticas. Então desculpem
 187 me alongar, e parabéns pelas manifestações. Mas por outro lado, a gente precisa, os produtores, como vocês
 188 mesmos falaram da fiscalização, segurança jurídica. Caso seja o voto de todos pela deliberação das licenças, nós
 189 entendemos sim que este é o momento para estarmos deliberando sobre um parecer muito bem elaborado,
 190 muito bem feito pelos seus colegas que permanecem em regime de trabalho.” Presidente Vanessa Coelho Naves:
 191 “Eu abro a palavra então para a equipe da URA Triângulo Mineiro, sobre os questionamentos que foram feitos
 192 pelos colegas inscritos.” Anderson Mendonça Sena/URA Triângulo Mineiro: “A respeito da vistoria que o Aroldo
 193 questionou, ela não foi feita remotamente, foi feita a vistoria presencial, por mim e pelo Carlos. Então não foi
 194 vistoria remota. Nós nos deslocamos ao município e fizemos a vistoria in loco. Questão da reserva legal,
 195 desprovida de vegetação, essa reserva estava desprovida desde a época da sua averbação. Trata-se de reserva
 196 averbada em matrícula e, conforme comprovado por imagem de satélite pelo empreendedor, ela já se encontrava
 197 desprovida à época em que foi averbada. Então neste momento nós estamos regularizando esse equívoco de não
 198 ter essa reserva vegetada, ocupada por vegetação nativa. Então ele está realocando essa área que era desprovida
 199 de vegetação nativa por outras áreas que têm vegetação nativa dentro do próprio imóvel e vai recuperar um
 200 pedaço de área dentro do próprio imóvel para atingir os 20% de reserva. Acho que eram essas questões de ordem

técnica.” Presidente Vanessa Coelho Naves: “Eu entendo que as questões de ordem técnica foram esclarecidas, que o parecer está apto para a deliberação.” **7) ASSUNTOS GERAIS.** Catia Villas Boas Paiva/Servidora do Sisema: “Bom dia, eu me chamo Catia, sou servidora de carreira há 11 anos. Eu achava que este item de informes gerais tinha que ser no começo para podermos trazer a nossa manifestação de forma geral antes da votação. Mas, como está sendo no final, para esta reunião, talvez não tenha muita contribuição, mas quem sabe para as outras. Primeiro, eu queria dizer que eu acho que ficou faltando esclarecer algumas coisas, sobre a autuação, o que não foi esclarecido, que foi uma pergunta, se eu não me engano, feita pela Renata, e também uma outra dúvida que foi feita, acho que pela Laura, a respeito do conflito do uso de água. Mas já foi votado, mas não foi respondido. E vou trazer então uma carta. Eu trabalhei no IEF, estou há 11 anos aqui na casa. É a primeira vez que eu faço uma manifestação também como sociedade civil, e hoje estou trabalhando no licenciamento. Então eu estou aqui hoje para demonstrar a minha insegurança de trabalhar no órgão ambiental devido à fragilidade em que o Sistema de Meio Ambiente se encontra. Somos poucos servidores de carreira, sem recomposição salarial, que para conseguir concluir seus trabalhos precisam se expor, discutir internamente. Porque a legislação é modificada sem qualquer consulta aos analistas, cada hora ela é interpretada de uma forma, e nós não temos apoio da parte do governo nesse momento. Por esse motivo, estamos em greve desde o dia 1º de setembro. E para quem tinha ainda alguma dúvida sobre a legitimidade da greve isso se confirmou com a Operação Rejeito, da semana passada. Por isso, eu queria pedir para esta Câmara construir junto ao COPAM uma moção de apoio à greve dos servidores do Sisema. Nós entendemos que a continuidade da greve é prejudicial a todos, comprometendo principalmente as ações de fiscalização, que inibem irregularidades ambientais no Estado. Os fatos desvendados pela Operação Rejeito expuseram algo que há muito tempo os analistas do Sisema vêm relatando, de uma possível utilização da estrutura do Estado em favorecimento de alguns grupos econômicos em Minas Gerais. O COPAM, por meio das suas Câmaras Técnicas, é parte da estrutura que operacionaliza a política ambiental, que por princípio tem como chefia máxima os representantes do alto comando do governo estadual. É necessário que as Câmaras Técnicas do COPAM embarquem num esforço de autotutela, prestando contas à sociedade quanto às denúncias apresentadas na Operação Rejeito, na qual vários investigados compunham mesa e representavam entidades na CPB, CNR, CID, CAP e CMI foram presos, foram denunciados. É preciso paralisar as votações das Câmaras até que seja dado à sociedade esclarecimento sobre alguns pontos. Quais as medidas que o Conselho pretende tomar para que situação como essa seja coibida? De que forma é possível aumentar a transparência no processo de decisão do COPAM? Quais conselheiros deveriam se declarar impedidos ao longo das votações? Conforme dito pelo assessor de comunicação do Estado, haverá revisão das decisões emitidas com os conselheiros sob investigação? Como ação de transparência, a Presidência do COPAM deveria ainda revisar os vínculos jurídicos de todos os conselheiros em todas as Câmaras, no intuito de demonstrar que não é conivente com a corrupção que se instalou nas estruturas do governo. Há ainda questões de ordem que se impõem, com a paralisação do processo de recomposição das Câmaras do Conselho, que mesmo com a vigência de dois anos vencida não foi iniciada. Nesse sentido, com base em qual legislação o COPAM tem mantido a segurança jurídica de suas votações, as votações ainda assim se mantêm legítimas? Nesse sentido, como forma de combate a condutas ilícitas no órgão, é extremamente importante uma resposta que busque o aumento de ações de transparência e revisão da representatividade do COPAM e suas Câmaras Técnicas. Apenas dizer que é contra a corrupção não é suficiente, é preciso agir para que ela não prospere. Aqueles que abraçam a ideia de ‘Estado eficiente’, sem entender a quem ele realmente serve, podem, por fim, investir de legalidade projetos que não são de interesse público. Por fim, através da moção de apoio, é preciso exigir que a secretária, juntamente com o governo, apresente o quanto antes proposta de resolução efetiva aos seus servidores, para que não se agrave a situação da política ambiental em Minas Gerais e que essa greve seja acabada o mais rápido possível.” Fabíola Resende/Servidora do Sisema. “Eu sou servidora de carreira há 11 anos, do IEF, e estamos aqui para reivindicar um espaço com a questão da greve. Pedir à presidente, aos conselheiros que se sensibilizem e que seja organizada uma moção de apoio para que haja uma negociação por parte do governo. Muitas vezes, em vistoria, nós temos dificuldade para concluir a vistoria. Em alguns casos, carro estragado, carro com pneu furado, e temos que trocar o pneu com o próprio dinheiro. E também questiono duas coisas sobre o parecer, apesar de já ter sido votado, mas até fica um alerta para a frente. A gente não consegue acompanhar... Então um dos questionamentos que seria importante fazer para os técnicos analistas que fizeram a vistoria seria se eles tiveram mesmo intercorrência durante esse processo. Porque no dia a dia do nosso trabalho de vistoria sempre esbarramos com um problema com carro, por exemplo, pneu furado, e ter que arcar com o nosso bolso para depois pedir reembolso para o Estado. Coisa simples, mas

253 que, para quem já está com salário defasado em 85%, pesa. Outra coisa, os nossos colegas conseguem
 254 acompanhar essas condicionantes que colocam em todos esses processos? Porque com tantas metas a bater,
 255 considerando que metade do nosso salário vem do programa do PEA, que é um penduricalho que o Estado coloca
 256 no nosso salário, e ele só é pago se você efetivamente trabalhar no dia e se bater meta... Então, como essas
 257 condicionantes não estão dentro das metas, como que a gente acompanha? É uma pergunta a ser feita para os
 258 colegas e para os conselheiros. Essas condicionantes estão só no papel ou elas realmente são acompanhadas?
 259 Como que elas são cobradas? Quando que os colegas conseguem parar para analisar essas condicionantes? Existe
 260 outra história para acompanhar condicionante? Quem acompanha? E quanto à questão da reserva legal, dois
 261 pontos importantes ressaltar aqui, apesar de que já foi votado, mas eu vou falar. O colega falou que não precisa
 262 ter autuação porque não tinha vegetação no momento da averbação. Pois bem, mas foi averbado quando? Pelo
 263 tempo de averbação, essa vegetação não poderia ter sido regenerada se o empreendedor tivesse cumprido a lei
 264 de manter a reserva legal sem o uso do solo? Porque tem o código 309 no decreto de infrações ambientais, que
 265 fala exatamente sobre isso. Seria desenvolver atividades que influenciam e ou impeçam a regeneração natural de
 266 florestas e demais vegetações, exceto em áreas legalmente permitidas. O que não é o caso, reserva legal não é
 267 uma área permitida. Então, colegas, para não cairmos em prevaricação, cabe sim uma autuação nesse processo.
 268 Ainda cabe, ainda dá tempo. E quanto ao outro ponto que eu falei da reserva legal, eu li no processo que ela vai
 269 ser realocada. Tem outro processo sobre realocação? Esse processo é qual número? Não foi citado. Já foi
 270 aprovado? O CAR já foi analisado? Ele está aprovado? Tem muitas questões para responder, eu acho. E mais uma
 271 vez estamos aqui para pedir a moção desta Câmara Técnica. Nós estamos pedindo em todas esse apoio, porque
 272 a greve prejudica todo mundo, inclusive nossos colegas que estão trabalhando. Os que não estão trabalhando,
 273 que estão em greve, estão prejudicados. Os que estão trabalhando estão sendo prejudicados. Porque na verdade
 274 estamos demonstrando o desmonte que está sendo feito, que vem sendo feito há muitos anos no Sisema. Então
 275 a nossa reivindicação é pelo Sisema, pela manutenção do Sisema forte, com servidores de carreira. Que hoje do
 276 quadro de servidores temos 50% dos servidores efetivos, o restante é composto por comissionados, estagiários e
 277 afins. Então precisamos fortalecer o Sisema para que não haja mais operações 'Rejeito', igual tivemos semana
 278 passada. Então é esse pedido que fazemos a todos os conselheiros e à presidente." Janaína Mendonça/Servidora
 279 do Sisema: "Muito obrigada pela oportunidade. Eu quero, primeiramente, enaltecer a importância desta Câmara
 280 Técnica, desse espaço de controle social. Nós sabemos o quanto o agronegócio é muito importante para o
 281 desenvolvimento de Minas Gerais. O agronegócio exportou mais do que a mineração. É algo que tem crescido
 282 muito. E é este espaço de controle social onde há questões para que nós tenhamos um agronegócio sustentável,
 283 que permita que tenhamos a produção de alimentos, a produção de commodities hoje e no futuro. É muito
 284 importante destacar que nós servidores do Sisema não somos contra a nenhum setor produtivo, a nenhuma
 285 atividade produtiva, todas elas são importantes para o nosso Estado, mas também é muito importante para o
 286 nosso Estado que o nosso povo tenha água em quantidade e qualidade, que tenha um clima favorável para o seu
 287 bem-estar, para a sua qualidade de vida. E isso se faz, com toda a certeza, já provado cientificamente, com
 288 proteção dos nossos recursos naturais. Eu sou servidora pública do Instituto Estadual de Florestas há 20 anos e
 289 há 20 anos eu tenho trabalhado buscando essa conciliação da produção rural com a conservação dos recursos
 290 naturais. E sem o servidor do Sistema Estadual de Meio Ambiente atuando para que a nossa Constituição seja
 291 cumprida, é impossível a proteção do nosso povo. Então nós queremos de fato pedir aos conselheiros, cada um
 292 de vocês tem uma importância muito grande em garantir que o nosso agronegócio seja viável hoje e no futuro. E
 293 queremos pedir para que vocês façam uma moção, porque o servidor público do Estado de Minas Gerais, do
 294 Sistema Estadual de Meio Ambiente, qualificado, valorizado, tendo condições de trabalho eficientes, a gente
 295 consegue emitir atos, inclusive pareceres, que vão ajudar vocês na tomada de decisão. Mas todas as vezes que
 296 temos que ir para o campo, temos que lidar com situações difíceis, a nossa condição, o nosso poder de compra
 297 tão perdido ao longo desse tempo, com a perda salarial que nós tivemos, a falta do nosso plano de carreira sendo
 298 reconhecido... Já perdemos tantos servidores, todos os dias nós recebemos convite para sair do Sistema Estadual
 299 de Meio Ambiente, porque realmente nós somos muito qualificados, mas hoje não temos a valorização que
 300 merecemos. E não queremos sair, nós queremos continuar servindo à sociedade mineira com qualidade, com
 301 competência, com excelência. Então se conseguirmos essas pautas que nós estamos pedindo, com o apoio de
 302 vocês, eu tenho certeza que todo mundo vai ganhar nesse processo, o setor produtivo vai conseguir ter eficiência
 303 nos seus atos, a Câmara vai ter mais segurança nessa votação, a sociedade civil organizada aqui representada
 304 também vai ter as suas condições favoráveis. Então todo mundo ganha com o meio ambiente favorecido. Porque

de fato o que queremos, todo mundo, é viver bem nos territórios mineiros, é viver bem nos territórios. Então, por favor, pedimos a vocês que façam essa moção, que nos ajudem nessa luta. O Sistema Estadual de Meio Ambiente, ele hoje, realmente, está desfavorecido, desmantelado e por várias coisas, por várias questões. E o que nós queremos é que sejamos fortalecidos nesse processo. Então contamos com vocês. Eu já fui representada pela fala dos meus outros colegas, eu não vou repetir, mas os três pontos principais para nós são o nosso plano de carreira, que já ganhamos judicialmente; um concurso público para que tenhamos pessoas qualificadas em quantidade e em qualidade para prestar o serviço público; e um reajuste, porque esse é o mínimo para a gente trabalhar. E que os nossos colegas que hoje ganham menos do salário mínimo também tenham condições, porque eles têm exercido também um papel tão importante quanto a secretária, quanto os gestores. Então todo mundo aqui no Sistema Estadual de Meio Ambiente merece condições melhores de trabalho, e contamos com vocês nessa luta.”

Flávia Santos/Servidora do Sisema: “Eu sou servidora da SEMAD desde 2014, nunca falei nas Câmaras do COPAM, mas vim aqui hoje para falar, para fazer coro com os colegas, com o que os colegas estão falando sobre a situação do servidor ambiental. E queria trazer algumas percepções específicas com relação às atividades agrossilvipastoris. Sabemos que estamos vivendo uma situação de crise climática no mundo inteiro. Minas Gerais não é diferente, mas Minas Gerais está sendo especialmente afetada, porque é um Estado que tem muita presença do agro. Então nós sabemos que o aumento, por exemplo, da seca e do calor extremo que têm acontecido nos últimos anos afetam a produtividade da agricultura, geram atraso nos plantios. As chuvas muito fortes, muito irregulares, acabam causando erosão do solo e geram dificuldade de colheita. Com relação à pecuária, sabemos que a seca e o calor extremo vão gerando estresse térmico nos animais, aumentam as doenças dos animais. As chuvas intensas também prejudicam a pecuária com relação a problemas logísticos e sanitários. Enfim, a erosão no solo com as chuvas intensas remove a camada fértil do solo, reduz a produtividade, exige práticas de conservação, como terraceamento e cobertura vegetal; causa compactação e encharcamento dos solos, dificultando o crescimento de raízes e desenvolvimento das plantas, especialmente em culturas como milho, feijão e hortaliças; atrasos no plantio e na colheita; proliferação de doenças fúngicas, como ferrugem, míldio, podridão radicular, exigindo maior uso de defensivos agrícolas. Na pecuária, as chuvas também prejudicam, porque as estradas rurais alagadas dificultam o transporte de insumo, transporte dos animais, afetam o escoamento da produção de leite e carne. Água acumulada pode espalhar agentes patogênicos e comprometer a qualidade dos alimentos, dos animais. Gera também o estresse no próprio animal, aumenta o risco de doenças respiratórias, dermatológicas. Na silvicultura, as chuvas também colocam as encostas de forma vulnerável e a instabilidade do solo, geram dificuldade de manejo. As máquinas e trabalhadores enfrentam riscos em áreas encharcadas, atrasando o corte e o transporte de madeira. Em Minas Gerais, as áreas mais afetadas são a Zona da Mata e o Sul de Minas, com excesso de chuvas, deslizamentos. A região Central e o Campo das Vertentes enfrentam erosão e alagamentos em áreas de produção leiteira. O Noroeste e o Norte de Minas, apesar de mais secos quando ocorrem chuvas intensas, o solo pouco preparado sofre com enxurradas e perdas de nutrientes. E de outro lado temos os efeitos da seca, que geram queda também na produtividade, porque culturas de milho, soja, feijão e café sofrem perdas significativas, especialmente no Noroeste e Alto Paranaíba. Em algumas regiões, a quebra de safra ultrapassou 30% em Minas Gerais. A seca com relação à pecuária compromete a qualidade e a quantidade das pastagens, levando à suplementação alimentar e ao aumento dos custos. Estresse térmico nos animais, como já falei, a falta de água e sombra eleva os casos de doenças respiratórias. Queda na produção de leite. Minas, maior produtor nacional, viu redução na produtividade por vaca, afetando a renda de pequenos e médios produtores. Diminuição na taxa de natalidade. O estresse hídrico e nutricional reduziu a eficiência reprodutiva dos rebanhos. Na silvicultura, a seca causa risco de incêndios florestais. A vegetação seca aumentou a incidência de queimadas em áreas de reflorestamento, especialmente no Norte e no Vale de Jequitinhonha, gera mortalidade de mudas. Enfim, nesse cenário de mudanças climáticas que afetam tanto o agro, as atividades agrossilvipastoris, o servidor ambiental é essencial, ele é primordial, porque é a gente que faz as fiscalizações para ver se as pessoas estão cumprindo as normas ambientais. Porque quanto mais descumprimento das normas ambientais mais prejudica o meio ambiente, mais aumentam os impactos do microclima regional... Eu só queria concluir falando que a atividade dos servidores ambientais é essencial para as atividades agrossilvipastoris e que nós estamos sendo paulatinamente substituídos por servidores contratados e terceirizados, de recrutamento amplo, e até estagiários, que, como são de título precário, podem ser mandados embora a qualquer momento, não geram vínculo com a instituição normalmente e ficam pouco tempo para conseguir ter a expertise que precisamos nessa área que sabemos que é tão complexa e interdisciplinar. Enfim, nós precisamos de substituição

357 por servidores públicos com concurso e valorização da carreira para permanecermos na carreira, não queremos
 358 sair, como muitos querem sair. Enfim, é isso, nós precisamos de valorização e esperamos que a Câmara apoie o
 359 nosso pleito.” Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: “Eu vou só validar aqui a constituição desta
 360 Câmara. É importante, diante de todas as falas. Hoje a Vanessa Naves está tão belamente conduzindo a
 361 presidência como primeira suplente e fazendo coro tudo isso que estamos vivendo. É importante resgatar que o
 362 titular e presidente é o Fernando Baliani da Silva, que é um dos nomes que estiveram incluídos nessa operação
 363 da Polícia Federal que está em curso e é um servidor efetivo da carreira, pessoa com a qual ao longo desses 11
 364 anos eu trabalhei diretamente. Então um pouco de a gente validar também essa questão sobre o quão expostos
 365 somos, o quão vulneráveis às vezes estamos diante do sistema de gestão no qual estamos incluídos. Então é
 366 importante validar também esse momento. E quanto à representação desta Câmara. Temos aqui a Segov, que é
 367 a Secretaria de Estado de Governo, a Sede, que é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, a Seapa,
 368 a Emater. Então é importante ressaltar que para conseguirmos essa sobrevida diante do nosso movimento
 369 grevista precisamos sim da participação da Sede, porque tudo está envolvido; da Seapa, da própria Secretaria de
 370 Estado de Governo, que é quem vai dar os direcionamentos, junto com todos os outros entes que estão na nossa
 371 mesa de negociação. Então é mais uma vez isso. Temos aqui o Conselho Regional de Biologia, quantos colegas
 372 biólogos que não compõem aqui o Sisema. Temos aqui o Mapa, a Faeng. Até o nosso colega conselheiro fez uma
 373 fala validando o nosso movimento. A Associação Mineira da Indústria Florestal, o IHMBio, que até na figura de
 374 Heleno Maia. Ontem participamos da outra Câmara, em que ele se absteve de todas as votações em apoio ao
 375 nosso movimento. E, infelizmente, no final da reunião, declarou renúncia à cadeira deste COPAM. Enfim, um
 376 cenário triste também, estamos assistindo as entidades se desligando deste Conselho. E temos também o Senar,
 377 a Associação Brasileira dos Engenheiros Civis. Quantos engenheiros civis não compõem também o corpo técnico
 378 do Sisema. Então é isso, fazemos coro para que cada elemento que está aqui nesta cadeira possa ser um propulsor
 379 dessas causas que estamos trazendo aqui para podermos conseguir tão breve sair da situação em que nós
 380 estamos.” Laura Bertolino de Souza Lima/Servidora do Sisema: “Eu queria só reforçar. Como trouxemos pontos
 381 de discussão que não foram resolvidos pelo empreendedor, só reforçar que as nossas questões são para a Câmara
 382 Técnica, de que forma esta Câmara Técnica continua atuando com todas as denúncias que foram feitas? Que
 383 estrutura é essa que não permite uma participação ampla de quem não é conselheiro? Nós vimos que tem uma
 384 limitação de meia hora, então eu vou colocar o que para mim é uma questão: a conexão, a estrutura do COPAM
 385 e a relação com seus servidores. Dá para destacar aqui como que esta Câmara se esvaziou. E agora com a
 386 publicação da DN 258 nenhum empreendimento mais será votado nesta Câmara. Por quê? Ela alterou o porte e
 387 potencial poluidor dos empreendimentos extensivos e de culturas perenes, no qual o máximo que o
 388 empreendimento chega é num LAS/RAS. Empreendimento de qualquer tamanho chegaria a LAS/RAS, se ele
 389 tivesse critério locacional 2. Mas a mesma DN retirou o critério locacional, e agora esses dois códigos, eles só
 390 chegam no máximo a LAS/Cadastro. Então não vai ter mais votação nesta Câmara para esses dois códigos, e isso
 391 demonstra um esvaziamento. E o impacto que essa DN causou não foi discutido nesta Câmara, que trata
 392 justamente dessa atividade. E ninguém se manifesta, ninguém acha que é possível discutir o assunto, ninguém
 393 coloca a necessidade de trazer outras visões para construir melhor as deliberações que estão sendo publicadas.
 394 Essa alteração foi de forte impacto na análise ambiental, não foi discutida nesta Câmara, foi pautada pelo Arthur
 395 Delfim na CNR, que foi preso semana passada; e ele embasou essa alteração em dados que estão descolados do
 396 interesse público, sem seguir o fluxo correto de discussão e transparência. Todo esse movimento destaca como
 397 esta Câmara perdeu a noção da importância e hoje se vê inerte e acuada, pois qualquer movimento de crítica às
 398 demandas do Estado é rapidamente abafado, colocado em segundo plano ou delimitado por entidades externas.
 399 Eu, como sou sociedade civil, gostaria de ver os conselheiros aqui discutindo, conseguindo opinar, conseguindo
 400 realmente criticar e trazer novos assuntos que embasem toda a política ambiental de Minas Gerais. Agora com o
 401 esvaziamento dos licenciamentos nesta Câmara, eu queria colocar para vocês que vocês tragam a importância de
 402 debater como os empreendimentos estão discutindo a política de mudança climática no Estado, visto que a
 403 aderência dessa política dentro dos empreendimentos ainda não fica clara. Quais condicionantes deveriam ser
 404 padrão? Quais deveriam ser as obrigações dos empreendimentos para que essa política realmente se efetive. É
 405 inadmissível que, sempre que alguma crítica é posta, se resgata a dicotomia entre a necessidade de produção de
 406 alimento e as questões ambientais, quando na realidade elas se complementam. Então, mais uma vez, eu queria
 407 colocar a importância deste COPAM, a necessidade de que os conselheiros se empoderem para entender a
 408 extensão de tudo que é votado aqui e de como que isso não tem sido realmente pautado no interesse público. E

pedimos também a moção de apoio à greve, colocando a importância dos seus analistas para discussões e para que as análises aqui sejam cada vez mais técnicas e menos políticas.” Aroldo Felipe/Servidor do Sisema: “Na verdade, eu não quero fazer uma manifestação, eu gostaria de fazer uma pergunta para a presidente Vanessa Naves. Eu gostaria que ela respondesse, porque as questões que nós fizemos durante a defesa do parecer não foram respondidas. Então eu gostaria que pelo menos a presidente Vanessa Naves respondesse. O Conselho, pelo que eu tenho conhecimento, venceu em junho de 2025, a gestão dele. Quais providências estão sendo tomadas para ser feita uma eleição de um novo Conselho.” Presidente Vanessa Coelho Naves: “Eu entendo que, enquanto presidente, não me cabe responder questões técnicas. Foi aberta a oportunidade de fala para os técnicos analistas do processo se manifestarem.” Aroldo Felipe/Servidor do Sisema: “Mas eu fiz uma pergunta sobre o Conselho, por que o Conselho não faz uma eleição.” Presidente Vanessa Coelho Naves: “Eu também não tenho como responder sobre essas questões técnicas atinentes ao Conselho.” Conselheiro Roberto Maychel Soares da Silveira/CRBio: “Sobre a fala da Laura, eu gostaria de fazer uma observação e deixar o registro, que o CRBio se manifestou a respeito da alteração da DN, veio aqui dentro da CAP/COPAM, se manifestou, e na semana passada o Conselho Regional de Biologia participou do evento na Assembleia Legislativa, onde foram colocadas as posições do CRBio contrárias à alteração da DN COPAM. Só fazer essa observação.” **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Vanessa Coelho Naves agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Vanessa Coelho Naves
Presidente suplente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris